



## Ata Nº 23

### Quadriénio 2021/2025

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício sede da Freguesia, em Monte Redondo, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a **reunião ordinária** de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

David Teotónio não compareceu à assembleia, tendo avisado às 21h05m, pelo que não foi possível substituí-lo.

De seguida, colocou a votação as atas 19, 20, 21 e 22.

A ata 19, de 30 de setembro de 2024, foi aprovada por unanimidade.

A ata 20, de 20 de janeiro de 2025, foi aprovada, com uma abstenção de Paulo Renato Silva.

A ata 21, de 28 de fevereiro de 2025, foi aprovada, com uma abstenção de José Carlos Pereira.

A ata 22, de 4 de abril de 2025, foi aprovada por unanimidade.

No período antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa informou que enviou um email a todos os membros da assembleia com um convite para a sessão da Câmara Aberta, que irá ter lugar em Monte Redondo, no dia 29 de abril, às 14h30.

Vítor Tomé deu os parabéns ao executivo pela distinção da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira com o Prémio de Mérito Social de Reconhecimento com um impacto positivo no envelhecimento ativo e saudável da população, com o projeto JIGA JOGA, que espera que tenha continuidade com os próximos executivos das duas freguesias.

Paulo Renato Silva referiu o trabalho da Comissão de Festas do Sagrado Coração de Jesus, pelo trabalho desenvolvido, pelo dinamismo empregue na organização da festa e pelas atividades que têm feito durante o ano. Destacou também o trabalho da Comissão de Festas de S. Jorge, na Carreira, tanto no ano anterior como no atual. Aproveitou a circunstância para ligar as duas comissões, visto que tem sido bastante agradável perceber o intercâmbio entre ambas e a presença dos seus elementos nos vários eventos. Realçou que é uma prova evidente de que, independentemente de estarem juntos ou separados, o que interessa são as pessoas.

Destacou também o trabalho desenvolvido pela Catarina Vieira, Presidente do Rancho Folclórico da Sismaria, na promoção da tradição local e regional, que demonstra o trabalho que cada um dos fregueses deve fazer e a consciência que deve ter do que pode fazer pela sua terra. A Catarina é uma pessoa bastante humilde, empenhada, trabalhadora, exerce a sua atividade profissional, tem a sua vida pessoal, mas dedica uma boa parte do seu tempo à promoção e ao desenvolvimento do Rancho. Considera que é um extraordinário exemplo e destacou a sua visão sobre o Folclore e a vontade de promover no seu conjunto a nossa região e a nossa freguesia.



De seguida, deu-se início à Ordem de Trabalhos.

Dando cumprimento ao **Ponto 1. Relatório da Presidente da Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e situação financeira - Apreciação nos termos da alínea e) do nr. 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, o ponto foi apreciado.

No que se refere ao **Ponto 2. Documentos da Prestação de Contas da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira referentes ao exercício 2024 - Discussão, Apreciação e Votação nos termos da alínea b) do nr. 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, Paulo Gaspar informou que enviou um email para corrigir uma gralha no documento, mas houve um elemento da assembleia que não o recebeu, José Carlos Pereira, visto o email ter sido devolvido. A gralha estava na página 4 do Relatório de Atividades e Gestão, no último parágrafo, no qual, em vez de «2170», deveria ler-se «2195».

Céline Gaspar explicou que esse ponto tem que ver com a questão do inventário, visto que o programa não apresenta no imediato o número da relação de bens, tendo sido atualizado no Relatório e na Deliberação para 2195 bens ativos da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira. Explicou que a receita de 2024 soma um total de um milhão, setenta e três mil, setecentos e noventa e dois euros e trinta e um cêntimos e a despesa paga soma um total de um milhão, trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e catorze cêntimos. O saldo de gerência anterior foi de trinta e nove mil, trezentos e vinte e cinco euros e quarenta e três cêntimos, sendo que a execução orçamental foi de trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete euros e trinta e sete cêntimos, e as operações de tesouraria menos cento e um euros e noventa e quatro cêntimos. Estavam em saldo negativo, porque o executivo participou na bilha solidária e, quando as pessoas vêm levantar o valor que lhes é devido, esse valor é pago pela junta e depois recebe do Fundo Ambiental. Neste caso, quando se fechou o ano de 2024, o valor já tinha sido pago às pessoas, por isso ficou o saldo negativo.

Em relação ao saldo de gerência seguinte, que transitou de 2024 para 2025, é de trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e um euros e dezoito cêntimos, sendo a execução orçamental de trinta e oito mil, duzentos e trinta e quatro euros e dezassete cêntimos, e as operações de tesouraria de sete euros e um cêntimo.

No âmbito do inventário, foram identificados 2195 bens ativos, cuja numeração vai do número 1 ao 2565, incluindo bens que estão inativos. Realçou que, no ano atual e, devido à questão da desagregação, foi feita a atualização intensiva de todo o inventário, para que, a partir deste documento, a comissão de extinção possa trabalhar.

O ponto foi aprovado com sete votos a favor e uma abstenção de Patrícia Carvalho.

**Ponto 3. Inventário da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira 2024 - Apreciação nos termos da alínea b) do nr. 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada.**

O ponto foi apreciado.



Por fim, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao público. Albano Pinto questionou como se vai processar o processo de extinção da União das Freguesias, o que foi esclarecido pelo Presidente da Assembleia.

Albano Pinto também questionou quando vai ser feito novo PDM e por que razão a Rua do Foro, no Grou, não é visitada pelo executivo.

Luís Nunes questionou em que situação está o processo do Aviário da Quinta D. Dinis e em que situação está a venda dos lotes do Parque Empresarial de Monte Redondo. Também questionou quando se colocará a iluminação entre Monte Redondo e a Aroeira.

Céline Gaspar explicou que o PDM foi revisto em 2014. Normalmente, as revisões acontecem de dez em dez anos, pelo que o executivo está convicto de que poderá haver uma nova revisão no próximo mandato. Ao longo destes últimos anos, tem havido alterações e algumas desanexações, no entanto, só com uma revisão, com base nas limitações legais, poderá haver alguns terrenos que passem a ser da responsabilidade da Câmara Municipal. Há regras e leis a nível nacional que requerem a autorização da CCDR e de outras entidades, pelo que não há uma data prevista para essa revisão mais profunda. Provavelmente, haverá uma revisão no próximo mandato. Alertou para o facto de que, quando isso acontece, há sempre um período de audiência de todos os interessados, no qual os proprietários devem apresentar as vontades relativamente aos terrenos e a sua fundamentação para a alteração.

Respondendo ao cidadão Luís Nunes, a Presidente do Executivo afirmou que, no que concerne à questão da Quinta D. Dinis, o executivo não tem qualquer informação adicional sobre o parecer da parte da CCDR e do Estudo de Impacto Ambiental, nem da Câmara Municipal.

Em relação ao Parque Empresarial de Monte Redondo, foi feita a primeira hasta pública no dia 22 de abril de 2025, foram vendidos três lotes, à empresa MOLDHERCUS, de Monte Redondo, dos nove que estavam à venda, visto que a Câmara Municipal está a optar por fazer uma venda faseada. Céline Gaspar louvou o espírito empreendedor de uma empresa da freguesia. A Câmara Municipal pretende abrir uma nova hasta pública no espaço de dois meses, no máximo, para colocar estes ou outros lotes à venda. A estratégia da Câmara Municipal é de uma venda em que os CAE disponibilizados são de indústria. Houve várias empresas que concorreram, mas não ficaram habilitadas para poder adquirir os terrenos, porque não tinham essa regra. O regulamento está disponível para quem tenha interesse. A Presidente do executivo disse que não tinha conhecimento se, na próxima hasta pública, irão abrir mais CAE.

Relativamente à obra, surgiram alguns percalços devido à questão dos sobreiros, porque, naquela zona, verificou-se a existência do chamado «povoado». Todo o Parque Empresarial teve a identificação da parte do ICNF de 215 sobreiros, dos quais alguns foram considerados como um «povoado». No âmbito do Estudo de Impacto Ambiental e da Declaração de Impacto Ambiental, o ICNF não se pronunciou, mas depois veio criar problemas devido à existência desse povoado, o que



obrigou a que tivesse de se fazer uma alteração ao projeto, no que diz respeito à bacia de retenção, que teve de ser alterada para que se cortassem menos sobreiros e se mantivesse o povoado, caso contrário, não havia fundamentação que o ICNF pudesse aceitar. Isso atrasou a obra, visto que a alteração da bacia de retenção criou um impacto, porque os coletores tiveram de ser refeitos. No entanto, da parte do Município, o que foi indicado é que, em breve, voltarão com as máquinas e continuarão a obra. Em relação às paredes, ao terem sido vendidos estes lotes, o regulamento do Parque Empresarial tem prazos para os compradores, havendo um período de 90 dias para a escritura oficial da venda do terreno, após o que a empresa tem seis meses para apresentar o projeto de arquitetura. Provavelmente, paredes só existirão daqui a um ano. O que é importante é que as coisas já estão a acontecer.

No que diz respeito à ciclovia e à iluminação, já foi pedida a ligação à E-REDES, e também existem alguns pormenores que têm de ser verificados, nomeadamente as madeiras, que estão na obra.

Céline Gaspar referiu que foi abordada por um freguês, que referiu que, mesmo tendo solicitado essa informação a um membro da Assembleia de Freguesia, não tinha conhecimento das contas da Fesmonte, nem onde é que estavam. Esse questionamento foi feito a um membro da Assembleia de Freguesia, o David Teotónio, que não se encontra presente, mas a Presidente do Executivo quer deixar registado que foi aprovada no presente dia a ata da assembleia de freguesia onde foram explanadas as contas da Fesmonte. Os contratos são públicos e publicados no base.gov. A ata da assembleia de freguesia não estava ainda publicada, pois ainda não estava aprovada, pelo que é de lamentar que um membro da assembleia tenha sido questionado por um cidadão e tenha dito que não sabia de nada. Não está correto esse tipo de situação e, para ficar bem claro, irá proceder da mesma forma que em 2022 e reencaminhar aos membros da Assembleia o documento que foi aprovado na assembleia e que tem a assinatura dos seus membros.

O Presidente da Mesa deu, assim, por encerrada a sessão às 22h11m, da qual se lavrou uma minuta, aprovada por unanimidade, e a ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

---

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

Primeira Secretária

---

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

---

(Lino Loureiro)